

PORTUGAL: “Estas eleições nos lembraram que as democracias são frágeis e imperfeitas”

20 de março de 2024



CIVICUS fala sobre os resultados das eleições que tiveram lugar em Portugal no dia 10 de março com Ana Carmo da Akto, uma organização da sociedade civil portuguesa que promove os direitos humanos e os valores democráticos através da advocacia, campanhas e educação.

Quais foram os principais temas de campanha e o que propuseram os principais candidatos?

As campanhas para as eleições de 10 de março centraram-se em questões como a habitação, a saúde, o crescimento económico, a educação, a proteção social, nomeadamente as pensões, e a luta contra a corrupção. Durante os debates, também foram abordadas outras questões, como as negociações com as polícias – que realizaram alguns protestos e ameaçaram dissimuladamente boicotar o ato eleitoral –, a formação de coligações, um assunto que surgiu com base nos dados das sondagens, e a governabilidade do país.

Esta campanha eleitoral foi muito atípica e talvez por isso tenha sido dada uma igual importância a todos os partidos com assento parlamentar, ao invés do que era habitual em Portugal, onde a competição é essencialmente bipartidária, entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD). A discussão sobre as coligações políticas obrigou-nos a pensar a política em termos ideológicos, com os principais concorrentes colocados à esquerda, à direita e à extrema-direita.

A disputa para o cargo de primeiro-ministro foi entre Pedro Nuno Santos, do PS, e Luís Montenegro, do PSD, representando a coligação Aliança Democrática (AD). As principais propostas de Nuno Santos basearam-se numa política de continuidade e reforço do investimento público nos temas principais da campanha. Suas estratégias para os diferentes temas incluíram negociação, fortalecimento das instituições e maior investimento público em políticas públicas. Já Luís Montenegro centrou sua campanha no reforço e estímulo do setor privado, parcerias público-privadas e redução das taxas de IRS e IRC, com o objetivo de incentivar o investimento.

É importante notar que esta campanha teve pouca discussão de propostas e aprofundamento dos programas políticos. Os debates, em estilo de “pitch”, não permitiram ir além das manchetes, gerando certa confusão entre os programas políticos de cada partido. O excesso de comentários após os debates em todos os canais de televisão, cada um com seu viés específico, também pode ser visto como contribuinte para essa confusão de ideias. Ainda assim, e ao contrário do que era esperado devido à presença de um partido populista, os debates e os demais líderes partidários conseguiram manter um bom nível de cordialidade e seriedade política.

O que é que provocou o “empate técnico” entre o PS e a AD?

O desgaste do governo do PS tornou-se muito evidente nesta campanha. Apesar do grande esforço de Nuno Santos para desvincular-se do primeiro-ministro demissionário António Costa e se apresentar como a nova cara do partido, muitas pessoas estavam descontentes e não confiavam no PS.

De acordo com as sondagens, o número de pessoas indecisas durante a campanha aumentava à medida que o dia da votação se aproximava. A própria cobertura excessiva e sensacionalista dos meios de comunicação social pode também ter contribuído para este facto. Com tantas pessoas indecisas, confusas e saturadas, era expectável um desejo de mudança.

No entanto, é importante lembrar que [há dois anos](#) o PS havia conseguido a maioria absoluta numa eleição que se deveu ao facto de o Bloco de Esquerda ter rejeitado o orçamento de Estado. Mas depois não conseguiu satisfazer as principais necessidades da sociedade portuguesa e, pela segunda vez, o seu governo caiu, levando a eleições. A capacidade e percepção política de Nuno Santos, as campanhas dos outros partidos, principalmente da direita, a influência nos meios de comunicação social e nas redes sociais, o contexto europeu e internacional, tudo isso contribuiu para a mudança de paradigma. O facto de o PS ter passado de 120 deputados para cerca de 76, tem implicações mais amplas.

Quais são as consequências deste empate?

Com o empate técnico com a AD, mantém-se o clima de incerteza que dominou toda a campanha eleitoral. Se os partidos forem fiéis e intransigentes em relação às suas posições e à sua palavra, é muito provável que em novembro haja novas eleições, pois o Orçamento de Estado não será aprovado. Se esse for o caso, outro cenário muito provável é que o partido de extrema-direita Chega continue a ganhar mais expressão e reforce ainda mais sua posição no parlamento.

Portanto, este é um momento crítico e uma janela de oportunidade para a democracia portuguesa provar sua força ou fraqueza. Serão os partidos políticos capazes de dialogar a favor da estabilidade do país? Qual será a abordagem para lidar com um partido populista que se tornou numa terceira força política? O bloco central será mantido?

Se estas eleições nos alertaram, e lembraram, de algo, foi para o fato de que as democracias são frágeis e imperfeitas. Veremos que capacidade teremos para nos adaptar aos seus contornos.

Em que medida considera preocupante o desempenho do Chega?

A atuação do Chega é semelhante à de seus homólogos noutros países: o Partido Republicano de Donald Trump, o Partido Liberal de Jair Bolsonaro, o Fidesz de Viktor Orbán, a Reunião Nacional de Marine Le Pen e a Liga Norte de Matteo Salvini. O seu crescimento não é surpreendente, sendo até previsível. É um partido que se alimenta do medo, da desinformação, da revolta, e segue o [crescimento de partidos semelhantes](#) pela Europa. Suas táticas não diferem das utilizadas por outros partidos de extrema-direita.

O Chega atrai os revanchistas históricos, os xenófobos e racistas, os revoltados e descontentes. A região do Algarve, círculo eleitoral conquistado pelo Chega, é um exemplo de uma região em protesto pela forma como tem sido tratada pelos sucessivos governos. É uma região muito sazonal, com falhas constantes na gestão das barragens que levam à falta de água, e seu sentimento de abandono pode explicar esse resultado.

O crescimento de um partido populista é sempre preocupante, como a história pode atestar. É ainda mais preocupante pelo facto de a democracia portuguesa ser recente, e precisamente na celebração dos 50 anos do 25 de abril nos depararmos com discursos e comportamentos que vão contra os princípios da nossa democracia e das nossas liberdades, garantias e direitos fundamentais. No entanto, o crescimento de um partido de extrema-direita é particularmente preocupante para as populações mais vulneráveis: as mulheres, as classes média-baixa e baixa, os jovens. Daí a maioria do seu eleitorado ser do sexo masculino.

Como é que a sociedade civil se envolveu nas eleições e como reagiu aos resultados?

Apesar da elevada percentagem de pessoas indecisas até à hora do voto, aparentemente a abstenção diminuiu. A abstenção tem sido sempre uma preocupação, rondando os 40%, no entanto, estes valores não são rigorosos devido ao número de residentes não habituais e aos novos eleitores

inscritos. Nestas eleições legislativas, a abstenção foi de cerca de 34%, não tendo havido uma participação mais significativa do que em anos anteriores.

Até que o novo governo tome posse, é difícil avaliar a reação da sociedade civil aos resultados eleitorais. Há, de facto, uma grande preocupação com o crescimento da extrema-direita, mas se esses votos foram, de fato, de protesto, até que ponto podemos deduzir que os eleitores estão satisfeitos com o resultado? Existe uma vontade de mudança, no entanto, não sabemos se essa mudança desejada se irá concretizar.

Quando podemos esperar a formação de um novo governo, e que papel desempenhará o Chega nesse governo?

Não é certo que haja um governo de coligação. Montenegro repetiu várias vezes durante e após a campanha eleitoral que não se coligará com o Chega, e para o PS não é compensador coligar-se com os partidos de esquerda, pois o número de deputados de direita continua superior ou igual. O Chega, em algumas situações, afirmou que nunca se coligaria, mas como falamos de um partido que diz tudo e o seu contrário, após as eleições tem pressionado para uma coligação com a AD e diz-se disponível para governar com a AD.

O papel do Chega dependerá mais de como os outros partidos lidam com a sua existência do que com as suas próprias ações. Os restantes partidos foram criando um cerco sanitário em volta do Chega, o que acabou por reforçar a sua presença, e têm demonstrado que não há vontade de que este partido faça parte de uma solução política. O PS está focado em ser o líder da oposição. Se conseguir fazê-lo e com que eficácia irá determinar a cena política portuguesa.

Um governo que inclua a extrema-direita constituiria um perigo real para os direitos e liberdades fundamentais?

Depende de como essa inclusão for feita e qual a intenção por trás dela. Se a AD se coligasse com o Chega e adotasse a mesma linha ideológica desse partido, esse risco seria real.

Não é desejável que exista uma força reacionária, com discursos racistas, xenófobos, sexistas e revanchistas no Parlamento, mas há formas de se conseguir atenuar isso. Portugal viveu 41 anos de ditadura e está há 50 anos em democracia. É devido ao caráter dessa ditadura que nossa Constituição proíbe partidos fascistas e relembra o derrube do regime fascista em seu preâmbulo.

A história política portuguesa demonstra que houve mais avanços na decretação de direitos e liberdades fundamentais com governos socialistas, mais à esquerda, no poder do que com governos sociais-democratas, mais à direita.

Ao considerarmos os discursos e propostas da extrema-direita, os direitos e liberdades fundamentais são, sim, postos em causa. No entanto, enquanto país democrático, há espaço para que um partido assim exista, da mesma forma que existem muitos outros partidos que em oposição defendem acerrimamente o alargamento desses direitos e liberdades fundamentais. Cabe à democracia demonstrar que defende esses mesmos direitos e liberdades.

O espaço cívico em Portugal é considerado “aberto” pelo [CIVICUS Monitor](#). Entre em contato com a Akto através do seu [sítio web](#) ou da sua página [Facebook](#), e siga a [@Akto_org](#) no Twitter.